O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO VI - № 57 - MARÇO DE 2011 • WWW.AMC.ORG.BR

ESPECIAL 50 ANOS AMC



Perfil: O Judiciário conta a história do juiz Waldemiro Cascaes

Páginas 8 e 9

em 2011, seu
Jubileu de Prata

Página 12 e 13



MEMÓRIA

Reportagem resgata história da Associação

Páginas 10 e 11

ENTREVISTA

Presidente fala sobre papel exercido pela AMC

Página 14

MULHER

Coluna aborda "feminilização" na Justiça

Página 15

ARTIGOS

Magistrados destacam associativismo

AMC reúne magistratura de SC para comemorar seus 50 anos



Diretoria da AMC e homenageados posam para foto durante a festa em comemoração aos 50 anos da Associação dos Magistrados Catarinenses

Evento reuniu cerca de 500 convidados, no dia 12 de março, na sede balneária, em noite memorável para a magistratura catarinense. Na ocasião, foi exibido um vídeo que conta a história da entidade através de entrevistas com os seus ex-presidentes.

Páginas 3 e 16

Páginas 4, 5, 6, 7 e 8

Crédito Imóvel Reforma & Construção



Construa, reforme ou amplie seu sonho.

Taxa 0,66% +CDI a.m. em até 96 meses.



2 MARÇO DE 2011 Opinião O JUDICIÁRIO

Editorial

AMC 50 ANOS

Antes de mais nada, cumpre dizer que esta é uma edição histórica. Daquelas para ser guardada, jamais esquecida. Deve ser revista de tempos em tempos, para que a história, o legado, que teve início com um pequeno grupo de magistrados, reunidos na biblioteca do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), no dia 20 de fevereiro de 1961, e continuado ao longo dos últimos 50 anos, não se perca nos escaninhos abarrotados da nossa memória.

A presente edição de *O Judiciário* tem o objetivo de resgatar trechos importantes da história da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) no ano de seu jubileu de ouro. Desde a sua fundação, 14 magistrados presidiram a entidade. E, com orgulho, podese dizer que nenhum deles deixou de lutar pelos nossos principais

objetivos estatutários: fortalecer a união da magistratura catarinense; intensificar o espírito de classe; defender suas prerrogativas e garantias constitucionais; estimular a cultura do Direito; bem como prestar auxílio e oferecer benefícios aos seus associados.

Neste mês, vamos resgatar a trajetória da AMC, desde a sua fundação; aquisição do terreno e construção da sede balneária; a compra das salas no Centro de Florianópolis, onde por muitos anos funcionou a sede administrativa da entidade; a construção da nova sede administrativa, em 2003, no bairro Itacorubi, onde também abriga a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC); o surgimento da ES-MESC e as ações da atual diretoria. Além disso, presenteamos também os nossos caros leitores com uma

entrevista com o atual presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi; um perfil com o juiz aposentado Waldemiro Cascaes, que participou da primeira reunião para fundação da entidade; dois artigos escritos por duas grandes lideranças da magistratura catarinense: o desembargador João Martins e o juiz de diretiro de 2º grau Ricardo Roesler; e finalmente, uma página (Coluna Alma Feminina) dedicada à participação das mulheres nas lides associativas e na própria magistratura catarinense.

No ano das comemorações dos 50 anos da AMC, a magistratura catarinense tem motivos de sobra para comemorar. Há muito, os nossos juízes vêm dando mostras da sua importância para o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito. Apesar das críticas que sofremos, algumas justas, ou-

tras levianas e infundadas, o fato é que o cidadão reconhece no magistrado o último bastião capaz de salvaguardar seus direitos. Somos, por assim dizer, a última esperança para aqueles que clamam por justiça, razão porque somos tão cobrados pela sociedade. E a magistratura catarinense, por ter em seus quadros homens e mulheres probos, éticos, com alto conhecimento técnico e, sobretudo, do-

tados de necessária sensibilidade para exercer a jurisdição, merece ser enaltecida nesta oportunidade.

É hora, portanto, de deixar aflorar o saudosismo; resgatar a auto-estima; relembrar as conquistas, os momentos difíceis, as alegrias; mas acima de tudo, é chegada a hora de encarar estes 50 anos como um marco na história de nossa entidade, cuja reflexão deve ser no sentido de que todas ações do passado não foram em vão. Ao contrário, serviram de base para começarmos, agora, a construir a AMC do futuro. Que venham mais 50 anos... Estaremos todos prontos e de braços abertos para recebê-los...

Somos a última esperança para aqueles que clamam por justiça

11

Memória



Registro antológico: Desembargador Nauro Luiz Guimarães Collaço lê documento durante Assembléia Geral da Associação dos Magistrados Catarinenses, em Florianópolis



Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP: 88034-570 Telefone: (48) 3231.3006 www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - juiz Paulo Ricardo Bruschi 1º vice-pres. - juiz Sérgio Luiz Junkes 2º vice-pres. - juiz Irio Grolli

Sec. Geral - juiz Jefferson Zanini 1º sec. - des. subst. Túlio José Moura Pinheiro

Tesoureiro - des. José Antônio Torres Marques $1^{\underline{o}}$ Tes. - juiz Luiz Antonio Zanini Fornerolli

O IUDICIÁRIO

Ano V, nº 55 - Dezembro/2010

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição

Fabrício Severino e Bárbara Nunes

Colaboração

Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico

Amanda Mariano

Diagramação

Bárbara Nunes

O JUDICIÁRIO Artigos MARÇO DE 2011 3

50 anos da AMC. Existe quem resiste.

RICARDO ROESLER*

O que salta aos olhos não necessita do socorro das palavras. Evidencia-se por si só. Essa magnífica associação é hoje porque foi ontem e será amanhã porque é hoje. O momento é de reverenciarmos essa magna data. Nas palavras de José Saramago "somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir". A AMC em última análise, vem sendo uma verdadeira trincheira da resistência de nossos direitos e prerrogativas.

A 50 anos foi forjada por poucos para celebrar. Hoje é abrigo de muitos.

A nomenclatura indica o propósito. Somos associados, somos sócios em torno de propósitos e interesses comuns e para isso deve haver união. Da fundação em diante foram muitos os caminhos e as construções. São 50 anos de existência em razão dos interesses da magistratura como um todo, de cada magistrado em particular e do Estado Republicano em geral.

A entidade, pelos anos de sua existência contou com excelentes administradores, não se pode negar. Todos deixaram um tijolo nessa construção. O que está feito, tanto no plano material quanto no de conservação e ampliação das conquistas dos direitos e prerrogativas da classe, traduz a marca inegável do que realizou cada uma das administrações em particular.

A AMC escreveu vários capítulos na sua trajetória de lutas e glórias demonstrando à sociedade sua capacidade de mobilização também em defesa dos direitos do jurisdicionado. Não há dúvida que uma entidade de classe é feita de valores. Ela pode ser encarada por alguns ainda como uma entidade de confraternização ou de assistência mútua, tal qual idealizada exclusivamente na sua origem; talvez para outros tenha fins recreativos, lúdicos, sociais ou culturais. Ou ter uma verdadeira feição sindical-corporativa na luta pelos interesses de seus associados. Ainda quem sabe, seja visualizada como verdadeiro veículo da manifestação política do pensamento dos juízes ou ainda, como já disseram muitos, o braço político do Tribunal de Justiça. Provavelmente, ela seja tudo isso ou um pouco de cada coisa. E cada um de

nós a visualize a partir de seus valores. Mas inegavelmente, há de se dizer que nossa entidade cresceu. Ela não é mais patrimônio exclusivo de seus juízes ou associados. Uma entidade como essa, definitivamente é da sua comunidade, ultrapassando os limites da magistratura simplesmente porque os espaços públicos hoje não se completam sem a presença do pensamento dos juízes. Essa realidade, retrato da magistratura catarinense, está apta aos desafios vindouros. As mudanças esperadas em nosso contexto social passam pela voz corajosa de seus juízes, conscientes de suas responsabilidades e nesse desiderato, a AMC nunca se

A presidência da entidade favorece uma experiência única. Vivi grandes momentos na administração da entidade. Convivi intensamente com os juízes em momentos cruciais na defesa de nossos mais caros princípios e prerrogativas. Cresci e aprendi muito nessa etapa da vida. Como outros que por lá passaram, minha gestão idealizou um movimento de reunião da magistratura. A diversidade de ideias não nos afasta dos ideais. Era o momento. Era a vontade dos magistrados, por isso, buscamos construir pontes. É da essência do associativismo: divergimos nas ideias e nas ações mas, no fundo, todos perseguimos sempre o mesmo objetivo. A citação do trecho de uma conhecida música do compositor Cazuza talvez traduza a minha sentença a respeito dos pleitos associativos: "Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para".

Na gestão 2003/2006, mudandoparaacasanova,iniciamos promovendo uma reestruturação administrativa, profissionalizando os principais setores: secretaria executiva, coordenadorias administrativa, de recursos humanos e de finanças com a instituição de um regimento interno. Em continuidade surgiu um novo estatuto que permitiu maior flexibilização da administração. Viabilizamos o orçamento com o reajuste da mensalidade.

No legislativo catarinense com um trabalho de fôlego, o movimento associativo conseguiu importantes vitórias: teve influência direta e decisiva no aumento do percentual do duodécimo do Poder Judiciário de forma a garantir seu pleno funcionamento; por imperativo constitucional construiu uma lei de subsídios que fortaleceu e está qualificando a magistratura estadual; derrubou na época, o famigerado projeto de lei da conta única ainda no seu nascedouro e que iria ferir de morte os recursos para os investimentos do Poder Judiciário; evitou a

11

A entidade, pelos anos de sua existência contou com *excelentes* administradores, não se pode negar. **Todos** deixaram um tijolo nessa construção. O que está feito traduz a marca inegável do que realizou cada uma das administrações em particular.

11

aprovação do projeto de lei que instituía a tabela progressiva da alíquota previdenciária (IPESC, hoje IPREV) e que iria onerar sensivelmente os subsídios da magistratura; também na Assembleia Legislativa impediu a aprovação do dispositivo de lei que pretendia tornar obrigatória a participação do magistrado no plano de saúde estadual recentemente instituído.

A revitalização da sede bal-

neária foi impulsionada e a execução das obras dentro dos limites orçamentários propiciaram um melhor conforto dos usuários.

No âmbito interno encaminhamos inúmeros pleitos ao Presidente do TJ, ao Corregedor Geral da Justiça e ao Presidente da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias que constaram de planilhas amplamente divulgadas na rede e no site da entidade; conquistamos assento durante as sessões administrativas do Tribunal Pleno e na Comissão de Divisão e Organização Judiciárias. Iniciamos a discussão e incentivamos a construção de um novo código de divisão e organização judiciárias, sugerindo modificações. A questão da entrância especial foi oxigenada junto a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias; mantivemos a ESMESC como escola oficial de preparação para o concurso da magistratura reconhecida agora na Constituição Estadual. E conseguimos introduzir na mesma carta, a vinculação do subsídio da magistratura.

Institucionalizou-se a obrigatoriedade do voto aberto e fundamentado nas decisões administrativas e os critérios objetivos nas promoções por merecimento e remoções, o que foi celebrado com a edição de um ato regimental pelo nosso Tribunal.

Nas grandes discussões envolvendo a política associativa nacional a AMC esteve presente e acompanhou de perto contribuindo no convencimento dos parlamentares federais para a aprovação da chamada PEC paralela da Previdência Social, que suavizou os efeitos da transição para o novo modelo na Reforma do Judiciário e reconheceu o mínimo das garantias e prerrogativas da magistratura, principalmente, na aposentação.

Nenhum ataque aos juízes e aos desembargadores do Tribunal de Justiça ficou sem resposta tendo como norte, sempre, o esclarecimento dos fatos e a independência do julgador para o fortalecimento do Poder Iudiciário e seu destinatário final que é o jurisdicionado. Ocupamos nosso espaço na imprensa escrita, falada e televisada no devido tempo e modo. Criamos um programa de rádio (Udesc), gravado e retransmitido no interior do Estado; idealizamos e incentivamos o programa Justiça Legal do TJ/SC transmitido pelo SBT; criamos o programa Direito do Cidadão, transmitido

pela TVBV; criamos uma coluna semanal no jornal A Notícia, repercutindo os acontecimentos da Associação e do Judiciário catarinense.

A AMC como entidade participativa que é não se intimidou diante dos obstáculos. Armouse de coragem e decisão e viu realizações onde muitos vislumbravam apenas utopia. Os resultados foram altamente expressivos e compensadores. Sempre se busca o ideal – que entretanto jamais se atinge mas os resultados foram bastante significativos.

Para que se alcançasse estes objetivos devemos reconhecer como fundamental o diálogo permanente e qualificado que tivemos condições de manter com a administração do TJ, e especialmente com os ex-presidentes, desembargadores Antonio Fernando do Amaral e Silva e Jorge Mussi. Para o debate das questões de interesse institucional ou classista, a porta do gabinete da presidência sempre esteve (como está) aberta. E muito se discutiu. A troca de ideias deve ser permanente. E sem qualquer risco à independência da Associação em face da instituição - e vice versa - , através desta ação integrada se chegou a muitos dos objetivos.

Independência não se faz apenas pela crítica e o enfrentamento. Muitas vezes se situa em atitudes desprendidas e na capacidade de dialogar e compreender que a melhor solução pode surgir exatamente do debate e do diálogo qualificado.

Todos os magistrados que administrarão a AMC, bem sabemos, muito ainda haverão de fazer porque grandes desafios se apresentarão com toda a certeza.

As entidades associativas são corpos vivos que estão constantemente em evolução. Sobre elas não assenta o definitivo, é sempre imperativo acrescentar. Daí o acerto das renovações na administração da entidade porque, com elas, agregam-se novas ideias e novos métodos de trabalho ao que já se realizou.

Que os novos tempos encontrem dirigentes que continuem a dispensar aos interesses da classe o mesmo entusiasmo e acendrado amor à causa que nos moveu. Parabéns a todos por esse momento glorioso. Agradeço a oportunidade de poder ter servido à nossa causa. Existe quem resiste.

* EX-PRESIDENTE DA AMC

Associativas MARÇO DE 2011 O JUDICIÁRIO

"Desejo contínuo sucesso a esta Associação, que agora completa 50 anos, para que mantenha nossa magistratura unida em torno da defesa de seus ideais e prerrogativas, pois a sociedade será sempre a maior beneficiária de um Judiciário livre e soberano"

> Des. Trindade dos Santos, Presidente do TJ/SC.



"Temos a certeza de que a AMC, orientada pelos princípios éticos e morais, vem prestando ao longo desses anos relevantes serviços no campo do aperfeiçoamento profissional e na busca da excelência da Justiça catarinense."

> Conselheiro Luiz R. Herbst, Presidente do TCE/SC.



"Parabenizo a AMC pelas conquistas neste meio século de existência. Sua atuação, além de ser decisiva no congraçamento da magistratura catarinense, contribui para aproximar o Judiciário da sociedade".

Juiz Gilmar Cavalieiri, presidente do TRT/SC

50 anos da Associação dos Magistrados Catarinenses

Solenidade reúne mais de 500 convidados na Capital

Homenagens aos fundadores e ex-presidentes da entidade emocionaram o público



Cerimonial reúne diretores e homenageados para a foto oficial do evento que celebrou os 50 anos da entidade que representa os magistrados de SC

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu, na noite de sábado, dia 12 de março, em sua sede balneária (Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis), uma grande festa em comemoração aos 50 anos de fundação da entidade. Assim que terminou a apresentação do hino nacional pelo Coral da AMC, foi exibido um vídeo contando a história da instituição através de depoimentos de seus ex-presidentes.

autoridades presentes, foi a vez edificar as obras físicas: para do presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, fazer uso da palavra. Em seu discurso, o magistrado agradeceu a presença de todos e enalteceu o relevante papel desempenhado pela Associação ao longo dos últimos 50 anos, sobretudo no que tange à defesa das prerrogativas da classe e assistência a seus associados. "Quero externar o meu orgulho em poder estar à frente

da Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC neste ano em que completa 50 anos de história. Esta data tem um significado especial para todos os magistrados catarinenses, pois representa a consolidação daquele sonho imaginado no dia 20 de fevereiro de 1961, graças ao empenho e abnegação daquele pequeno, mas valioso grupo de magistrados. Os novos juízes talvez não tenham a exata noção de todo o esforço empregado pelos nossos colegas mais antigos para organizar Após o cerimonial citar as o movimento associativo; para lutar pela manutenção de nossas prerrogativas e garantias constitucionais e para lutar por melhores condições de trabalho, dentre outras. De qualquer modo, a magistratura como um todo, desde os mais antigos aos mais novos, tem dado significativa parcela de contribuição quando de sua participação nas lides associativas. Orgulha-nos dizer, portanto, que a união da

classe em torno de nossos mais caros anseios tem sido a tônica ao longo de todos esses anos de existência da AMC", destacou.

Em seguida, os membros da atual diretoria foram convidados a participar do ato de entrega das placas comemorativas aos homenageados da noite, entre eles, os fundadores da AMC e todos os ex-presidentes da instituição. Os convidados foram agraciados, ao final da solenidade com um jantar dançante, animado pela banda Champagne.



Presidente da AMC, juiz Paulo Bruschi, ressalta a importância da AMC

AMC homenageia magistrados

Na noite em que comemorou os seus 50 anos, a AMC prestou homenagem a 28 pessoas

Magistrados que ajudaram a fundar a entidade, bem como os ex-presidentes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) receberam das mãos dos diretores da instituição uma placa pela inestimável contribuição dada à causa associativa. Na ocasião, a AMC também homenageou o ex-governador de SC, Leonel Pavan. Foi um momento de emoção, dividido com 500 convidados, que estiveram na noite do dia 12 de março no salão de festas da sede balneária. As fotos também serão publicadas na revista O Empresário, responsável pela cobertura fotográfica.



Representando o pai, des. Euclydes de Cerqueira Cintra, Luiz Alberto recebe placa de homenagem do juiz Sérgio Junkes, 1º vice-presidente da AMC



Representando o avô, juiz Timotheo Braz Moreira, Henriette Gerlach Braz Moreira recebe placa de homenagem do des. Túlio Pinheiro



Des. Tycho Brahe Fernandes Neto recebe placa de homenagem do juiz Luiz Antônio Zanini Fornerolli



Representando o esposo, des. Ary Pereira Oliveira, a viúva Dalva Iete Nunes Oliveira recebe placa de homenagem do juiz Silvio José Franco



Representando o pai, des. Reynaldo Rodrigues Alves, Reinaldo Rodrigues Alves recebe placa de homenagem do juiz Claudio Eduardo



Desembargador Nauro Luiz Guimarães Collaço recebe placa de homenagem do juiz Paulo Roberto Tzelikis



Representando o pai, juiz Abelardo da Costa Arantes, Abelardo da Costa Arantes Jr. recebe placa de homenagem do juiz Renato Roberge



Neto do juiz Waldemiro Cascaes, Fernando Ricardo Lopes Cascaes recebe placa de homenagem da juíza Naiara Brancher



Neto do juiz Jaymor Guimarães Collaço, Gabriel Collaço Vieira recebe placa de homenagem da juíza Janiara Maldaner Corbetta



Filho do des. João Thomaz Marcondes de Mattos, Roberto Marcondes de Mattos recebe placa de homenagem do juiz Antônio Augusto Baldo



Filha do des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Iara Pedrosa recebe placa de homenagem do juiz Rafael Maas dos Anjos



Sobrinha da des. Thereza Grisólia Tang, juíza Mônica Grisólia recebe placa de homenagem da juíza Cíntia Gonçalves Costi



"A AMC, ao completar 50 anos de existência, alcança salutar maturidade para desempenhar cada vez melhor sua principal função de defender os anseios da magistratura catarinense e, concomitantemente, os princípios basilares do Estado Democrático de Direito em benefício do cidadão e de toda a sociedade. A jovem magistratura não pode desprezar aqueles que pavimentaram esta carreira que hoje é respeitada e reverenciada por toda a comunidade jurídica."

> Des. Solon d'Eça Neves, Corregedor-Geral de Justiça.



"Neste meio século de atividades, a Associação dos Magistrados Catarinenses se notabilizou pela defesa das prerrogativas de seus membros no exercício da Justiça e na defesa dos mais importantes valores da democracia, entre os quais destacamos a liberdade de expressão, um dos pilares da Associação Catarinense de Imprensa. Em muitos momentos da história, as duas instituições tiveram atuações tangentes e assim prosseguirão, empenhadas em contribuir na construção de uma sociedade justa e livre. Parabenizamos e desejamos longa vida à AMC."

> Ademir Arnon, Presidente da ACI.



"Entidade de destaque no cenário nacional, a AMC tem muito a comemorar por ocasião de seu cinquentenário. A defesa das prerrogativas da magistratura e a luta pela independência do Judiciário são marcas da agenda institucional permanente da AMC. A AMATRA12 externa seus cumprimentos aos membros da entidade coirmã."

Dr. Irno Ilmar Resner, Presidente da AMATRA12.



"As inúmeras ações da AMC demonstram a constante preocupação dos juízes para encontrar alternativas de servir as pessoas na solução de seus conflitos. Por isso, a sociedade deve primar pela defesa das prerrogativas dos magistrados, já que, em última instância, a principal beneficiada é a população, especialmente aqueles com menos possibilidades de acesso à Justiça."

Nelson Serpa, Procurador-geral do Estado.



"Parabenizo a AMC, seus dirigentes e associados pelo seu jubileu de fundação, augurando pleno sucesso em suas comemorações e novos progressos na realização de sua missão institucional, no interesse da entidade e do aperfeiçoamento da Justiça em nosso Estado e no País."

Marcos Vieira, Deputado Estadual.



Representando o presidente do TJ/SC, des. José Mazoni Ferreira (2º vice-presidente do TJ/SC) recebe placa de homenagem do juiz Renato Roberge



Filho do des. José Rocha Ferreira Bastos, Fernando Bastos recebe placa de homenagem da senhora Elizabeth Gomes de Mattos



Filha do des. Belisário Ramos da Costa, juíza Maria Teresa Visali da Costa Silva recebe placa de homenagem da juíza Hildemar M. de Carvalho



Ministro Hélio de Melo Mosimann recebe placa de homenagem do juiz Sérgio Luiz Junkes



Representando o des. João Martins, o Presidente da AMC, juiz Paulo Bruschi, recebe placa de homenagem da juíza Camila Coelho



Ministro Paulo Benjamin Fragoso Gallotti recebe placa de homenagem da juíza Andréa Cristina Rodrigues Studer



Amiga do des. Nestor José da Silveira, Neiva Cominck de Almeida Pedroso recebe placa de homenagem do des. Túlio José Moura Pinheiro



Representando o des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, juiz Emery Oscar Valentim recebe placa de homenagem do juiz Jaime Luiz Vicari



Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi recebe placa de homenagem do juiz Marlon Negri



Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço Juiz Ricardo José Roesler recebe placa de recebe placa de homenagem do juiz Luiz homenagem do juiz Silvio José Franco Antônio Zanini Fornerolli





Representando o juiz Jose Agenor de Aragão, o juiz Paulo Marcos de Farias recebe placa de homenagem do juiz Claudio Eduardo



Ex-governador Leonel Pavan recebe homenagem das mãos do juiz Paulo Bruschi



Sra. Sandra Bruschi (esposa do juiz Paulo Bruschi) entrega flores à sobrinha da des. Thereza Grisólia Tang, juíza Mônica Grisólia, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

MOMENTOS

























"Cumprimento a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), na pessoa de seu Presidente, eminente juiz Paulo Ricardo Bruschi, pelos relevantes serviços prestados em defesa não só da magistratura, mas dos direitos e cidadania catarinenses".

Juiz Federal Alcides Vettorazzi, Diretor do Foro da Justiça Federal em Santa Catarina.



"Parabenizo a AMC pela passagem dos seus 50 anos. Esta entidade tem prestado relevantes serviços à integração da magistratura catarinense, na busca permanente pela justiça. Aproximar os mais renomados juristas de Santa Catarina a nossa sociedade é um ato de cidadania, que merece todo o louvor."

Casildo Maldaner, Senador.



"O nosso sentimento é de admiração e intimidade. Afinal, como parceira de meio século em várias lutas associativas conjuntas, a ACMP tem testemunhado de perto a atuação da AMC, na sua trajetória de defesa intransigente da magistratura barrigaverde, em prol do fortalecimento da sociedade como um todo. Parabéns pelos seus 50 anos!"

> Andrey Cunha Amorim, Presidente da ACMP.











































Personagem da história... ESPECIAL 50 ANOS AMO

le participou de um momento considerado histórico para a magistratura catarinense: a reunião de fundação da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), realizada no dia 20 de fevereiro de 1961, na biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Waldemiro Cascaes era um dos 12 magistrados presentes, que sonhavam em criar uma entidade destinada "a defender os interesses da classe, ampará-la, manter um perfeito entrosamento social entre seus associados, bem como dar assistência moral e efetiva a estes".

Quando a AMC foi criada, Waldemiro tinha 40 anos de idade e já contava com 20 anos de magistratura. Já era, portanto, maduro o suficiente para saber a diferença entre um devaneio e um sonho palpável. Em julho (no dia 8) do mesmo ano, lá estava ele novamente ao lado dos colegas, desta vez, para participar da primeira assembléia geral de constituição da AMC, oportunidade em que foi aprovado o estatuto e a primeira diretoria da entidade. E assim, aquele pequeno grupo de abnegados uniu o pensamento à ação, e deu início a uma história que hoje completa 50 anos de incontáveis realizações...

.

O juiz aposentado Waldemiro Cascaes nasceu no dia 14 de dezembro de 1920, em Florianópolis. Seus pais – João e Angelina Cascaes – criaram 10 filhos em uma casa na avenida Hercílio Luz, no centro da Capital, na chamada "Travessa Argentina". A educação dos filhos sempre foi prioridade. Waldemiro estudou no Colégio Catarinense, até prestar o vestibular para o curso de Direito. De início, Waldemiro queria fazer medicina, cujo curso não existia em Santa Catarina. Como a situação financeira da família não permitia a realização deste sonho, aliado ao fato de que Waldemiro teria que ficar perto dos pais para ajudar a cuidar de seus irmãos, a solução foi optar pelo Direito, uma das poucas opções de graduação naquela Florianópolis do início do século 19.

Waldemiro era acompanhado de perto pelo irmão mais velho. "Ele se preocupava muito comigo, principalmente, no que se referia aos estudos. Ele sempre me incentivou. Uma vez, quando estava no Colégio Catarinense, reprovei e ele veio falar comigo. Depois daquela conversa nunca mais tirei notas baixas", destaca.

De fato, a conversa com irmão transformou Waldemiro, que passou a estudar incessantemente. O resultado logo

começou a aparecer. Saiu do Catarinense como melhor aluno; e ganhou medalha de ouro no chamado "pré-jurídico" (uma espécie de vestibular para o curso de Direito). Além disso, ao longo de sua vida, passou em nove concursos públicos. Era, por assim dizer, um "concurseiro", muito antes de o termo ter sido inventado...

Aprovado no pré-jurídico, Waldemiro, finalmente, entra para a gloriosa Faculdade de Direito de Florianópolis (futura Universidade Federal de Santa Catarina). A turma era pequena, mas a qualidade do ensino era enorme, lembra. Entre os mestres, Waldemiro destaca o professor Otto Gama D'Eça.

Concluída a faculdade, Waldemiro advogou por um curto espaço de tempo. Até que, em 1942, presta concurso para ingresso na magistratura e é aprovado, juntamente com dois colegas. Já casado e com filhos pequenos, ele resolve não fazer carreira e ficar na Capital. "Os meus filhos já estavam no colégio e se eu fosse para outra comarca lugar iria prejudicálos. Então preferi ficar", ressalta. A essa altura, o sonho de ser médico havia ficado para trás. Os desafios, agora, eram outros e Waldemiro se sentia plenamente disposto a encará-los...

.

Como juiz substituto, Waldemiro Cascaes teve que atuar em todas as áreas, o que lhe rendeu experiência e o tornou um magistrado, de certa forma, completo. Ele diz que não consegue compreender como os juízes podem dar conta da enorme quantidade de processos que tramitam hoje na Justiça. "É desumano o que acontece nos dias de hoje. Temos varas com cerca de 15 mil processos. No meu tempo, por razões óbvias, era bem mais tranqüilo para julgar, fazer uma audiência, acompanhar um caso", sublinha. Uma das razões, comenta, é o advento da Constituição Federal de 1988, que ampliou o leque de direitos do cidadão e, consequentemente, o número de litígios na Justiça. "De lá para cá as pessoas passaram a procurar mais a Justiça para tentar garantir os seus direitos", explica.

Foram quase 40 anos de magistratura, até a aposentadoria, em 1981. Fato curioso é que Waldemiro, pouco antes de se aposentar, fez novo concurso público, desta vez para o cargo de juiz da Auditoria Militar, no qual foi aprovado. Essa era a única maneira de se aposentar com os vencimentos de quem já estava em final de carreira. Afinal, não era justo dedicar toda uma vida ao Poder Judiciário e, ao final, receber o mesmo subsídio de um juiz em início de carreira.

Além da magistratura, Waldemiro dedicou-se também ao magistério. Deu aulas no Colégio Catarinense, bem como foi professor titular da disciplina de processo civil da UFSC. Para ser professor catedrático, teve que passar por uma banca especialíssima, formada por juristas de peso: Henrique Stodieck, Alfredo Buzaid e José Frederico Marques. Muitos dos operadores do Direito, bem como personalidades da política catarinense, tiveram aulas com o professor Waldemiro Cascaes.

Pai de três filhos – Ricardo, promotor de Justiça aposentado; Roberto, que é médico; e César, que, por problemas de saúde (meningite), necessitou de cuidados especiais –, Waldemiro Cascaes mora com a esposa Olinda em sua casa construída no início da rua Crispim Mira, no Centro de Florianópolis. A casa foi comprada quando ela

.

pouco lembra daquele 20 de fevereiro de 1961, quando foi criada a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Comenta, no entanto, que o interesse em criar uma associação de classe era muito forte. "Todo mundo achava que devia ser criada, para congregar, reunir os colegas magistrados", conta. Waldemiro reconhece o relevante papel desempenhado pela entidade. "Ela cumpre um papel importantíssimo, pois aglutina os colegas e leva-os a debater temas do nosso interesse, a defender nossas prerrogativas e garantias, bem como oferecer inúmeros benefícios aos seus associados. Não tenho dúvidas de que a magistratura tem se beneficiado e muito durante esses 50 anos de atuação da AMC", frisa.

Ainda sobrou um dinheiro para com-

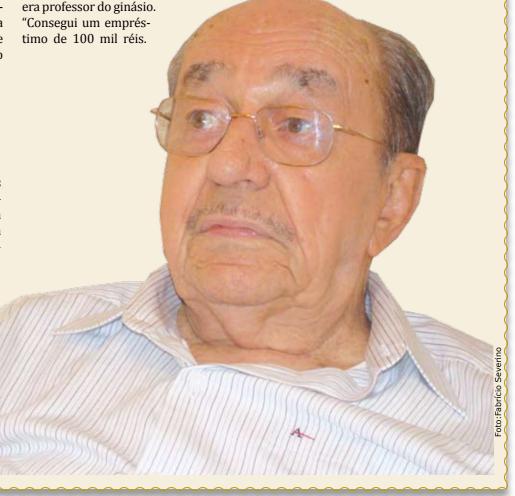
prar um carrinho", acrescenta. Em ra-

zão da idade avançada (90 anos), o juiz

aposentado Waldemiro Cascaes diz que

E para os magistrados mais novos, sobretudo aqueles que acabaram de ingressar na carreira, ele deixa humildemente a sua mensagem: "Que procurem sempre decidir de acordo com a sua convicção. O juiz tem que ser uma criatura imparcial. Não aceitem interferências, nem de outros colegas, nem do próprio Tribunal", finaliza.

Fabrício Severino



10 MARÇO DE 2011 ASSOCIATIVAS O JUDICIÁRIO

Entidade nasce para defender e dar assistência aos magistrados catarinenses

Criação da AMC, em 1961, foi inspirada nos modelos já em funcionamento no Rio Grande do Sul e São Paulo



Primeiro presidente: des. José Rocha Ferreira Bastos

Fundada em 20 de fevereiro de 1961 e constituída no dia 8 de julho do mesmo ano, a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) nasce da união de um pequeno grupo de magistrados preocupados em "defender os interesses da classe, ampará-la; manter um perfeito entrosamento social entre seus associados; e dar assistência moral e efetiva aos mesmos". Com essas palavras, lavrou-se a ata de fundação da entidade, que no último dia 20 de fevereiro completou 50 anos de história.

As associações do Rio Grande do Sul e de São Paulo eram modelos a serem seguidos pelos magistrados catarinenses e para que a idéia saísse do papel foi preciso idealismo, cooperação e perseverança de todos.

A reunião de fundação do órgão de classe foi realizada com a presença dos juízes Euclydes de Cerqueira Cintra, Timotheo Braz Moreira, Aderbal Alcântara, Tycho Brahe Fernandes Neto, Ary Pereira Oliveira, Reynaldo Rodrigues Alves, João Rodrigues de Araújo, Nauro Luiz Guimarães Collaço, Abelardo da Costa Arantes, Waldemiro Cascaes, Jaymor Guimarães Collaço e João Marcondes de Mattos, na biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado, durante as férias forenses, cujo local acolheria os magistrados até a ges-

tão do presidente Paulo Benjamin Fragoso Gallotti (1989-1993). "Aí perguntamos: nós queremos uma associação para quê? E aí vieram os argumentos: defesa dos interesses da magistratura, etc. Alguém teria dito que o grupo queria fundar um sindicato. A preocupação nossa naquele tempo era de entregar a direção para os desembargadores, pois eles tinham mais contato e experiência, serenidade e poderiam conduzir melhor a entidade. E isso foi aceito porque todos eram muito conservadores. A gente sabia que essa situação iria mudar, que se daria de baixo para cima e não o contrário. Ninguém acreditava que a AMC se transformaria em realidade. Achava-se o seguinte: juiz é funcionário público, ganha seu salário e um não se preocupa com os problemas do outro. Mas a AMC foi indo devagarzinho. As eleições eram geniais. Tudo por aclamação. Eram poucos juízes (50 no Estado todo, mais 7 ou 9 desembargadores) e não tinha porque ter disputa. Eram pessoas queridas e não havia preocupação com status. Era uma época mais romântica... ", retrata o desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto, em entrevista para o jornal *O Judiciário* em 2009.

Aliás, Tycho Brahe tinha recém ingressado na magistratura quando a idéia de criar uma associação de juízes em Santa Catarina surgiu. E ele acompanhou de perto, desde a primeira reunião, o surgimento da Associação. "O desembargador Cerqueira Cintra já sonhava com a criação da AMC... a gente se encontrava aqui em Florianópolis, junto com Nauro (Collaço) e outros mais. A maioria já entregou a alma para o criador. Cintra era um sonhador, cujos sonhos, em sua maioria ele realizou", recorda.

Uma diretoria provisória foi então constituída e a frente da associação ficaria, Euclydes de Cerqueira Cintra, como presidente, João Thomaz Marcondes de Mattos, como vice-presidente e Jaymor Guimarães Collaço, como secretário. Cinco meses depois, no dia 8 de julho de 1961, a AMC veio a ser definitivamente instituída, com a realização da assembléia geral de constituição, na presença de vinte e oito magistrados.

O desembargador José Rocha Ferreira Bastos foi escolhido como o primeiro Presidente da AMC, cargo que ocupou até o ano de 1968. A presidência de honra coube ao desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa; a vice-presidência ao desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho; a secretaria-geral ao desembargador Euclydes de Cerqueira Cintra; a primeira

secretaria ao juiz Jaymor Guimarães Collaço; a segunda secretaria ao juiz Waldemiro Cascaes; a primeira tesouraria ao juiz João Thomaz Marcondes de Mattos; e a segunda tesouraria à juíza Thereza Grisólia Tang.

De lá para cá, foram 24 gestões, em que estiveram à frente 14 magistrados: De 1968 a 1972, a AMC esteve sob o comando do desembargador Belisário Ramos da Costa. Ele foi sucedido pelo também desembargador Euclydes de Cerqueira Cintra, que administrou a AMC de 1972 a 1979. De 1979 a 1981, o então desembargador Hélio de Melo Mosimann (hoje ministro aposentado do STJ) presidiu a entidade. Ele foi sucedido pelo desembargador Nauro Luiz Guimarães Collaço, cuja presidência foi até 1983. Em seguida, foi a vez do desembargador João Martins assumir a presidência da AMC, até 1987. O ministro Hélio Mosimann voltou a comandar a entidade, na gestão 1987 a 1989. O ministro aposentado Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, na época juiz de primeiro grau, sucedeu Mosimann, de 1989 a 1993. De 1993 a 1995 foi a vez do desembargador Nestor José da Silveira assumir o cargo. A entidade voltou a ser comandada por um juiz de primeiro grau de 1995 até 1997, com a eleição do então juiz (hoje desembargador) Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu. Este foi sucedido pelo juiz Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (hoje também desembargador), cujo mandato foi de 1997 a 1999. O juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço esteve a frente da entidade no período de 1999 a 2003. Em seguida, assumiu o posto o hoje juiz de Direito de 2º grau, Ricardo José Roesler. O juiz José Agenor de Aragão assume a presidência de 2006 a 2009. Atualmente, a AMC é presidida pelo juiz Paulo Ricardo Bruschi, cujo mandato vai até março de 2011.

Primeiro desafio: a sede balneária

O primeiro grande desafio dos dirigentes da AMC, no que se refere a obras físicas, foi a criação de um espaço dedicado ao lazer dos magistrados e seus familiares. Com a doação de um terreno, localizado na Cachoeira do Bom Jesus, no Norte da Ilha de Santa Catarina, pelo então governador do Estado Colombo Machado Salles, no início da década de 70, começava ali uma das maiores empreitadas da AMC: a construção da sede balneária da AMC, que teve início na década de 80.

A conquista do terreno foi alcançada graças à luta dos desembargadores Belisário Ramos da Costa, cujo mandato foi exercido entre os anos de 1968 e 1972, e Euclydes de Cerqueira Cintra, que presidiu de 1972 a 1979.

Porém, ao doar um terreno na região

Norte da Ilha para três associações de classe (AMC, Ministério Público e OAB), o Executivo Estadual concedeu um tempo determinado para iniciar a construção, o que garantiria a posse. Com poucos recursos - em razão do baixo valor das mensalidades pagas pelos associados - aliado a outras dificuldades, como o acesso precário e a falta de água e luz, a AMC se viu na iminência de perder o precioso espaço. A solução, então, foi mobilizar os magistrados, fazendo com que cada um ajudasse no que fosse possível.

Como já era esperado, a urbanização da sede balneária foi realizada com dificuldade e só teve início na gestão do desembargador Hélio de Melo Mosimann (1979-1981). Durante o seu mandato, o então presidente estimulou os associa-

dos a ajudarem no que pudessem para levantar de uma vez a sede lneária. As doacões chegaram, e tudo

balneária. As doações chegaram, e tudo era bem-vindo, desde tijolos, madeiras, até vidros e azulejos.

Com uma razoável infraestrutura pronta, coube ao presidente seguinte, desembargador Nauro Luiz Guimarães Collaço (1981-1983), dar continuidade ao processo de expansão do espaço, cujo objetivo era oferecer mais conforto aos associados e construir atrativos para novas filiações. "Para isso era preciso criar ambientes em que grupos participassem de lazeres coletivos. Construímos um campo de futebol, outro de vôlei, uma cancha de bocha, quatro canteiros com oito boxes para barracas, estacionamento para trailers e uma piscina (inaugurada em 1983). Os nossos empregados da época foram heróis e gigantes no trabalho que desenvolveram. Outra providência necessária



Obras contaram com ajuda dos associados

era o plantio de árvores. Plantamos muitas, numa luta incessante contra as formigas e outros fatores... Importante ressaltar também que neste período conseguimos implantar a rede elétrica e hidráulica, pois antes a nossa iluminação provinha de um poste do terreno vizinho de forma precária", conta o desembargador, em entrevista ao jornal *O Judiciário* em 2009, ocasião em que declarou ter saudades daquela época, apesar de todo trabalho e das dificuldades enfrentadas.

O desembargador João Martins (1983-1987), por sua vez, prosseguiu na mesma direção. Em sua gestão, fo-

ram construídas 12 cabanas, iniciativa que foi fundamental para aumentar a permanência dos associados durante a temporada de verão. O número de casas da sede balneária foi aumentado pelo então presidente, na época desembargador e hoje ministro aposentado, Hélio de Melo Mosimann, eleito pela segunda vez em 1987.

As diretorias que sucederam este período, cada uma a seu tempo, também contribuíram para tornar a sede balneária da AMC em um lugar aprazível em todas as estações do ano. O local possui hoje trinta imóveis, sendo 18 casas e 12 apartamentos – parte dessas obras

foi edificada nas gestões dos magistrados Nestor da Silveira, César Abreu e Marco Aurélio Buzzi -, além de áreas com churrasqueira, local para camping, piscina e lagos para pesca, tudo isso a metros do mar. O local também conta hoje com um imponente e moderno salão de festas - construído na gestão do juiz José Agenor de Aragão - com capacidade para receber cerca de 600 pessoas.



Sede balneária conta agora com moderno salão de festas

Sede urbana

Após 28 anos sendo presidida apenas por desembargadores, a magistratura catarinense, finalmente, elege um juiz de primeiro grau para o comando da entidade. Foi um marco na história da AMC. O então juiz Paulo Benjamin Fragoso Gallotti (hoje ministro aposentado do STJ), foi eleito em dezembro de 1989. Coube a ele iniciar uma fase de consolidação da entidade em Santa Catarina. E entre as ações estava incluída a aquisição de um espaço próprio para a instalação da sede administrativa. Decidiu-se, então pela compra de duas salas no edifício Alpha Centauri, localizado na Av. Hercílio Luz, no centro

de Florianópolis, onde hoje funciona a Coomarca.

As gestões dos presidentes Nestor José da Silveira (1993-1995), César Augusto Mimoso Ruiz Abreu (1995-1997), Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (1997-1999), até o último ano do segundo mandato do juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaco, em 2003, foram todas realizadas nas

dependências da sede urbana do Centro, período marcado por grande efervescência associativa, que iam desde a profusão de cursos de aprimoramento profissional até as memoráveis lutas e união da classe por melhores condições de subsídios (inclusive uma greve inédita de magistrados, em outubro 1991) e manutenção de prerrogativas e garantias da categoria.

Sede atual: Itacorubi

Marco físico da representatividade político-institucional conquistada pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a sede administrativa, localizada no bairro Itacorubi, em Florianópolis, foi inaugurada no dia 26 de setembro de 2003, reunindo em um mesmo local, a estrutura administrativa da AMC e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC).

O terreno, de 1.650 metros quadrados, foi doado à AMC em 1997, pelo governo estadual, numa iniciativa coordenada com juiz Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, na época presidente da Associação. A sua construção só teve início durante a segunda gestão do juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, que conseguiu agregar, em torno do projeto, a capacidade de trabalho de sua própria Diretoria, o apoio do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e o esforço conjunto de todos os magistrados catarinenses.

"Nossa sede é fruto da pureza e da

lealdade de propósitos dos associados em

torno da AMC e da ESMESC, sempre fiéis aos princípios constantes no estatuto da entidade. Com apoio de todos poderemos transformá-la em uma usina de idéias, propostas e sugestões que reconciliem a população com o seu Poder Judiciário e, ao final, produzam mais justiça social, felicidade e paz", discursou na inauguração da obra, o então presidente da AMC, Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço.

O juiz Getúlio Corrêa, na época diretor da ESMESC, frisou na ocasião que "esta não é uma obra de alguém em especial, mas sim coletiva. Cada um de nós teve participação efetiva na construção dessa nova sede".

A sede abriga um auditório com capacidade para 200 pessoas, duas salas de aula para 60 alunos, estacionamento com mais de 60 vagas, biblioteca com cerca de 1400 livros e 1500 periódicos, e um centro de convivência com cozinha completa, bar com churrasqueira e sala de estar.

Passados 50 anos, a AMC conseguiu consolidar o seu espaço e se afirmar como legítima representante magistratura catarinense. De fato, o fortalecimento da classe nunca foi tarefa fácil, cujos obstáculos precisaram ser vencidos com muita determinação. A par de todas as dificuldades, a AMC cresceu, projetou

a magistratura em nível nacional e, sobretudo, sempre esteve ao lado de seus associados na defesa de suas prerrogativas o garantias constitucionais, tidas

MC DOS HADOS ENSES ESMESC

Sede administrativa da AMC, no Itacorubi, também abriga a ESMESC

associados na defesa de suas prerrogativas e garantias constitucionais, tidas como fundamentais para que juízes e desembargadores pudessem exercer o seu mister com independência, altivez e sensibilidade.

AMC Hoje

O atual presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, promove em seu mandato inúmeras reformas, construções e demais benfeitorias para o bemestar dos associados, tanto na sede administrativa quanto na sede balneária. Além disso, o magistrado tem se dedicado diuturnamente a relevante tarefa de defender os interesses da magistratura, sobretudo no que tange à manutenção de prerrogativas e garantias constitucionais dos magistrados. "Sinto-me plenamente realizado como magistrado por estar participando deste momento ímpar da história da magistratura catarinense. Quis a Divina Providência que eu estivesse à frente da AMC justo no seu jubileu de ouro. Portanto, honra-me servir a AMC, pois tenho a convicção de que estou servindo aos meus colegas, razão por que não vou economizar esforços para elevar cada vez mais o nome da nossa entidade e, por conseqüência, de nossa classe". finaliza.



12 MARÇO DE 2011 ESMESC O JUDICIÁRIO

ESMESC prepara-se para comemorar, em 2011, os seus 25 anos de fundação

Entidade nasce para oferecer aprimoramento aos magistrados e preparação para o concurso da magistratura



Primeira turma formada pela Escola Superior de Magistratura do Estado de SC, em 1987

No mesmo ano em que a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) completa 50 anos de fundação, outra grande comemoração irá envolver toda a magistratura catarinense: os 25 anos da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), cuja história começou a ser escrita em janeiro de 1985. É nesta data que a diretoria da AMC, sob a presidência do desembargador João Martins, reúne-se de forma extraordinária para deliberar sobre a criação de uma instituição de ensino, destinada precipuamente a preparar os bacharéis em Direito para o concurso de ingresso na magistratura, bem como promover cursos de aprimoramento para magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Estimulados por um colega gaúcho, o desembargador Cristovam Daiello Moreira - que cinco anos antes havia ajudado a criar a Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – os magistrados catarinenses partiram do pensamento à ação e em 28 de julho de 1986, finalmente, a ESMESC iniciou oficialmente as suas atividades. Seu primeiro diretor foi o desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto, que abriu as portas da ESMESC para a realização das inscrições ao primeiro teste de seleção, que visava preencher 50 vagas no curso de preparação para o concurso da magistratura.

Em entrevista ao jornal *O Judiciário*, em janeiro de 2010, o desembargador Tycho Brahe contou que uma de suas primeiras ações foi a elaboração do regimento interno da entidade, o qual foi apresentado perante o Tribunal Pleno. Na época, o magistrado defendia a tese de que a Escola deveria ser administrada pelo Tribunal de Justiça, funcionando como uma entidade dedicada à promoção de cursos de aprimoramento dos magistrados e servidores da Justiça. Involuntariamente, nascia ali o embrião do que anos mais tarde viria a ser a Academia Judicial do Poder Judiciário Catarinense.

A proposição de tal modelo, porém, provocou reações por parte de alguns desembargadores, que queriam a ESMESC sob o comando da AMC. E assim foi. "Ainda bem que o Tribunal não acatou a minha sugestão e a AMC aceitou o desafio", destacou Tycho Brahe. Ele realizou o primeiro exame seletivo, formou o corpo docente e entregou pouco tempo depois para o desembargador Norberto Ungaretti. "Não houve problema nenhum. É o meu estilo. Eu faço a brincadeira e na hora que todo mundo está brincando eu saio e deixo o pessoal lá", disse.

As primeiras aulas iniciaram no dia 15 de agosto de 1986, no auditório do Tribunal de Justiça, após a conclusão do teste de seleção oferecido. O reconhecimento oficial pelo Tribunal de Justiça por meio de seu órgão máximo (Tribunal Pleno) só viria dois anos depois, em 1º de junho de 1988.

O desembargador Norberto Ungaretti, por sua vez, assumiu a diretoria da Escola em 1986 e a deixou em 1994, isto porque havia sido eleito presidente de uma entida-

de beneficente, mantenedora de asilo para idosos carentes e creche para crianças na mesma condição, no Campeche, sul da ilha, e precisava dedicar-se àquele trabalho voluntário todo o seu tempo disponível. Até hoje, foi o magistrado que por mais tempo exerceu a direção da ESMESC. Desde então, foram diretores da Escola os se-

guintes magistrados: desembargador Nilton João de Macedo Machado (1994/1995); desembargador Alberto Luiz da Costa (1996/1999); juiz de Direito de 2º grau Henry Goy Petry Júnior (2000/2002); juiz Getúlio Corrêa (2001/2003); juiz Romano José Enzweiler (2004); desembargador José Carlos Carstens Köhler (2004); juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto (2005); juíza Mônica Elias de Lucca Pasold (2006/2007); juiz Paulo Ricardo Bruschi (2007/2009); e o juiz Sílvio José Franco (2008/2011).

A partir de 1992, a ESMESC, com o objetivo de interiorizar suas atividades, permitindo que alunos de outras regiões do Estado pudessem ter acesso ao curso, atingindo, assim, todos os pólos culturais de Santa Catarina, deu início à implantação de extensões e, desde então, já ofereceu 25 delas, em parceria com várias instituições de ensino superior instaladas em solo catarinense.

Desde sua criação, mais de 3.646 alunos concluíram o curso. Destaca-se que, dentre eles, 238 hoje são magistrados e dos 19 aprovados no último concurso para ingresso na magistratura (edital n.01/2009), 10 foram alunos da ESMESC.

Desde 2003, a ESMESC conta com instalações próprias, funcionando no mesmo prédio da AMC (sede administrativa), no bairro Itacorubi – antes, a Escola funcionou de 1986 a 2003 no TJ/SC e, de janeiro a agosto de 2003, em um prédio na rua Anita Garibaldi, no Centro de Florianópolis -, com salas amplas e confortáveis, além de uma biblioteca moderna para pesquisa de materiais impressos e online

 - 3.500 livros, 1.500 periódicos e materiais multimídias. A entidade utiliza também o software BIBLIObase como suporte à catalogação MARC21 e serviços integrados de auto-atendimento aos usuários, sócios AMC, alunos, ex-alunos, professores e funcionários.

Emenda Constitucional 45

Com o advento da emenda constitucional 45, que passou a exigir três anos de prática jurídica para os bacharéis em Direito como requisito para o concurso de ingresso na magistratura, a ESMESC teve que reformular o seu projeto pedagógico, cujas adaptações vieram em 2006 (Até então, o aluno poderia optar em fazer um ano de ESMESC ou dois anos de advocacia). Por essa razão, houve a necessidade de dividir o curso em três módulos, de um ano de duração cada, sendo o primeiro teórico, o segundo teórico-prático e terceiro, prático, denominado "residência judicial", cujo mote é oferecer ao aluno o contato direto e cotidiano com a prática jurídica, tornando a preparação para o concurso ainda mais abrangente.

Desse modo, os respectivos módulos estão voltados para as especificidades do saber jurídico, necessárias para o exercício da magistratura. O módulo I contempla os tópicos selecionados de áreas de conhecimento indispensáveis à queles que pretendam submeter-se ao concurso para ingresso à magistratura, quais sejam: Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil, Constitucional, Administrativo, Tributário, Comercial, e Leis Especiais que regulamentam matérias decorrentes de novas e complexas relações sociais da atualidade (Ambiental, Consumidor, Eleitoral, Maria da Penha, Execução Penal, dentre outras). O módulo II

é dedicado aos conteúdos jurídicos que exigem habilidades cognitivas e práticas para a elaboração de peças proces-Fazem suais. desse parte currículo seguintes disciplinas: Teoria e Prática de Sentença Penal e de Sentença Civil, com

significativa carga horária. Além das horas dedicadas ao ensino de elaboração de despachos, audiências e decisões interlocutórias, são oferecidas ainda sessões de conhecimentos acerca de ética judiciária, da comunicação pessoal e institucional e da produção de artigos científicos. Em complemento, os alunos são levados a participar de sessões especiais referentes à prática jurídica em outras esferas da atividade judicante: Tribunal Eleitoral, Tribunal Federal e Tribunal de Justiça Estadual.

O terceiro módulo é denominado "residência judicial" e tem o objetivo de oferecer ao aluno a prática jurídica, na qual o aluno tem a oportunidade de vivenciar e participar ativamente dos trabalhos sob orientação de um juiz de primeiro grau, no período de um ano, cumprindo 1.460 horas semanais desse exercício que, somadas às 360 horas de seminários específicos, realizados na ESMESC, contemplam 1.800 horas exigidas para caracterizar o status de "residência". A primeira turma a participar desse projeto pedagógico formou-se em 2007.

Desde a implantação do sistema de divisão por módulos e a criação da "residência judicial", a ESMESC vem realizado inúmeros eventos, em parceria com a Academia Judicial e com várias instituições de ensino superior, sempre com o firme propósito de oferecer aos alunos e aos juízes catarinenses a oportunidade de ouvir e fazer contato com juristas, cuja excelência concorre para o crescimento intelectual daqueles que se dedicam à operacionalidade do Direito. E demonstrando o efetivo cumprimento dos objetivos que persegue diariamente, a Escola conta com incondicional apoio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).



Alunos da ESMESC se preparam para concurso

O JUDICIÁRIO Esmesc MARÇO DE 2011 13

Ensino à distância

No dia 13 de setembro de 2010, a diretoria da Escola lançou a "ESMESC Virtual", projeto piloto de utilização de plataforma de Educação à Distância, que, a partir de então, disponibiliza aulas online para os alunos que cursam os módulos I e II.

O sonho de modernização vem desde 2009, quando iniciou o processo de lançamento do Portal da ESMESC, uma área restrita aos magistrados (Portal dos Magistrados), na qual são oferecidos diversos serviços, tais como: banco de sentenças, publique o seu artigo, quero ser docente e o destacado serviço de

pesquisa.

Experimentalmente, em 2010, as aulas onlines disponibilizaram a disciplina de Metodologia Científica, com dois professores e suporte técnico 24 horas. A intenção da Escola é ampliar a abrangência dessa modalidade, oferecendo outros cursos como Redação Jurídica e Atualização Legislativa e, mais adiante, inserir o curso completo, para atender os interessados que estão geograficamente distantes da sede.

A metodologia de aula online, em parte, é similar a presencial, ou seja, dividida em horas aula, sendo necessário um mínimo de freqüência, a entrega das tarefas no prazo e a participação nos fóruns e bate-papos. Dentre as inúmeras vantagens, destaca-se a administração do tempo e do local dedicado aos estudos, que são de responsabilidade do aluno, favorecendo quem trabalha ou mora longe, por exemplo.

A "ESMESC Virtual" oferece ao aluno suporte acadêmico e de conteúdo, sendo um facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Fazendo uso da tecnologia como uma ferramenta de mediação entre professores e alunos e entre alunos, permite o esclarecimento de dúvidas, acompanhamento de desempenho individual e atendimento acadêmico.



Diretor geral da Escola, juiz Sílvio Franco, apresenta Portal da ESMESC

Revista



Voltada para o desenvolvimento de um perfil diferenciado, a ESMESC prepara sólida base de conhecimentos gerais que permitem uma compreensão mais ampla da formação técnica, estimulando o pensamento crítico e sensibilizando para as questões sociais, culturais e éticas que envolvem a vida do cidadão e a atividade do profissional graduado em Direito que pretende seguir na área da magistratura. Assim,

a Revista ESMESC é mais um instrumento que a Escola disponibiliza aos operadores do Direito.

A Escola publica anualmente, desde 1995, a Revista ESMESC, e a oferece a toda comunidade jurídica que procura subsídios para questões do cotidiano da lide forense. O periódico traz temas variados que desafiam a

inteligência do leitor, contribuindo à construção do pensamento jurídico e à formação acadêmica. Cada revista conta com cerca de 20 artigos, fruto da produção intelectual de magistrados, professores e estudantes de nosso Estado.

A escolha dos artigos é realizada pela Comissão Editorial da ES-MESC, que aceita trabalhos considerados originais, no idioma português, como artigos, relatos de experiências, entrevistas, palestras, conferências, resenhas, entre outros.

Revista Eletrônica

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de modernização da instituição que teve seu marco inicial com o lançamento do Portal da ESMESC, em maio de 2010, seguido do lançamento da "ESMESC Virtual", em setembro do mesmo ano, que implantou a modalidade de Educação à Distância, a direção da Escola lançou, em dezembro de 2010, a Revista Eletrônica (versão online da revista impressa), honrando-se em ser a pioneira entre as Escolas de Magistratura do Brasil a adotar essa ferramenta de divulgação de trabalhos científicos por meio do portal de periódicos da CAPES.

A Revista online foi desenvolvida através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), software desenvolvido para a construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas, utilizado por inúmeros periódicos científicos brasileiros na web.

Cursos Avançados

Como forma de contribuir para o aperfeiçoamento dos magistrados e dos demais operadores do Direito, a ESMESC instituiu, em 18 de fevereiro de 2010, os Cursos Avançados. Com caráter itinerante, os cursos estão disponíveis para as 14 Coordenadorias da AMC e possuem a vantagem de serem rápidos e simplificados. Os temas abordados até momento foram: Novo Acordo Ortográfico e Redação Jurídica; Magistratura e Internet; Infância e Juventude; e As novas reformas processuais penais – Resistência e Abusos. Um novo edital será lançado ainda no mês de março, com novas temáticas.



Cursos avançados reuniram bom público em várias comarcas do Estado



14 MARÇO DE 2011 ASSOCIATIVA O JUDICIÁRIO

"No nosso entender, a sociedade ainda desconhece o que de fato faz um juiz"

Magistrado analisa o papel desempenhado pela Associação dos Magistrados Catarinenses ao longo dos últimos 50 anos



Juiz Paulo Ricardo Bruschi, presidente da Associação

O juiz Paulo Ricardo Bruschi teve a um só tempo a felicidade e a responsabilidade de presidir a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) justamente no ano em que a entidade completa 50 anos de existência. Nesta entrevista ao jornal *O Judiciário*, o magistrado comenta, entre outros assuntos, sobre a importância desta data para a magistratura catarinense.

O Judiciário - A AMC completou no dia 20 de fevereiro 50 anos de fundação. Qual o significado desta data e o que ela representa para a magistratura catarinense?

Paulo Ricardo Bruschi - Primeiramente, quero manifestar o meu orgulho em poder estar à frente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) justamente no ano em que ela completa 50 anos de história. Esta data tem um significado especial para todos os magistrados catarinenses, pois representa a consolidação de um sonho que nasceu precisamente no dia 20 de fevereiro de 1961, gracas ao empenho e abnegação de um pequeno grupo de magistrados. Os novos juízes talvez não tenham a exata noção de todo o esforço empregado pelos nossos colegas mais antigos para organizar o movimento associativo; edificar as obras físicas; lutar pela manutenção de nossas prerrogativas e garantias constitucionais; lutar por melhores condições de trabalho, etc. De todo modo, a magistratura como um todo, desde os mais antigos aos mais novos, tem dado significativa contribuição quando de sua participação nas lides associativas. Orgulha nos dizer, portanto, que a união da classe em torno de nossos mais caros anseios tem sido a tônica ao longo de todos esses anos de existência da AMC.

OJ - Na sua opinião, qual o verdadeiro papel da AMC?

PRB - Estatutariamente, e de forma resumida, cumpre a AMC realizar os seguintes propósitos: fortalecer a união da magistratura catarinense; intensificar o espírito de classe; defender suas prerrogativas e garantias constitucionais; estimular a cultura do Direito; prestar auxílio e oferecer benefícios aos seus associados. E para nossa satisfação, podemos afirmar que todos os 14 presidentes que por aqui passaram

desempenharam este papel a contento. Cada um a seu modo e dentro das possibilidades que lhes eram permitidas, o fato é que os nossos líderes sempre se doaram ao extremo para fazer desta uma das mais sólidas e respeitadas associações de classe do nosso Estado.

OJ - Nestes 50 anos, em que a AMC evoluiu e em que sentido ela ainda precisa melhorar?

PRB - Evoluímos em vários sentidos, que vão muito além do aspecto patrimonial, representado pela construção de uma belíssima sede balneária e de uma imponente sede administrativa, a qual também abriga a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Nestes 50 anos, creio que amadurecemos muito como entidade de classe. Graças ao engajamento de todos no movimento associativo, nossa classe mostrou-se unida, o que foi fundamental para conquistarmos inúmeros benefícios, bem como manter outros tantos. Além disso, a AMC conseguiu inserir a magistratura catarinense nos grandes debates que interessam a opinião pública. Hoje, nossa entidade goza de ampla credibilidade junto aos meios de comunicação, sendo rotineiramente ouvida quando da publicação de matérias que envolvem o meio jurídico como um todo. Evidentemente que podemos avançar ainda mais. Neste sentido, procuramos levar ao conhecimento da sociedade, através da mídia, qual o verdadeiro papel da magistratura, o trabalho desempenhado por ela. No nosso entender, a sociedade desconhece o que de fato faz um juiz e, principalmente, qual a sua importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Penso que esse tem sido o nosso maior desafio: mostrar à sociedade que não somos uma casta de privilegiados, com altos salários, mas sim, uma categoria que tem como missão garantir os direitos de todo o cidadão, seja ele rico ou pobre.

OJ - Como o senhor observa o papel do juiz no mundo contemporâneo?

PRB - Como já dito, o juiz exerce um papel de extrema relevância no seio social, de modo que quanto mais ele estiver próximo da comunidade onde atua, mantendo, por óbvio, a necessária independência, melhor será a sua atuação como magistrado. Por muito tempo, o juiz foi visto como um ser inacessível, isolado em seu gabinete e preocupado exclusivamente com os seus processos. Penso que hoje temos um novo perfil de magistrado, mais sintonizado com as realidades locais e com todas as transformações que comportam o mundo globalizado. De um bom juiz não se exige apenas conhecimento técnico apurado. Cobra-se dele também sensibilidade na hora de julgar. E nesse particular, entendo que estamos muito bem, pois a magistratura catarinense possui em seus quadros profissionais a um só tempo cultos, inteligentes e sensíveis.

OJ - O Poder Judiciário e, por sua vez, os magistrados têm enormes desafios, entre eles, o de oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere. O que precisa ser feito para atender a contento este que tem sido um dos maiores anseios dos jurisdicionados?

PRB - É preciso ter em mente que um processo judicial não é algo que pode ser resolvido da noite para o dia. Ouvir as partes, analisar o conjunto probatório, ouvir testemunhas, pesquisar leis, jurisprudências, por exemplo, são tarefas que demandam tempo. O exercício da jurisdição é trabalho que não pode ser exercido com pressa. Uma sentença feita sem o devido cuidado pode arruinar a vida de um cidadão. Em outras palavras, uma decisão equivocada tanto pode colocar um inocente atrás das grades, como pode pôr em liberdade um criminoso. Bom, essas são algumas razões para que o processo judicial não consiga ser, pela sua própria natureza, algo extremamente rápido. Mas há outros fatores que dificultam ainda mais uma tramitação processual célere, como o reduzido número de juízes e assessores para fazer frente à avassaladora demanda de processos e o excesso de possibilidades recursais. Ressalte-se que os nossos juízes estão entre os mais produtivos do mundo. E mesmo assim não estamos conseguindo dar conta da quantidade enorme de processos que aportam todos os dias nos fóruns do naís

OJ – A magistratura como um todo tem se mostrado preocupada com algumas ações de alguns setores que têm colocado em risco a manutenção de suas prerrogativas e garantias constitucionais. Quais os principais prejuízos e de que maneira eles também afetam os próprios cidadãos?

PRB - Nossas prerrogativas e garantias em verdade pertencem ao próprio povo. Agimos em nome do Estado, pois somos investidos de um poder que nos foi outorgado constitucionalmente. Logo, nosso poder emana do povo e é por ele e para ele que trabalhamos. É importante que o cidadão compreenda que qualquer tentativa de enfraquecimento dos juízes representa, antes de tudo, prejuízo para os cidadãos, para a manutenção do Estado Democrático de Direito. A sociedade deve sempre desconfiar e jamais pode se calar quando certos setores tentam desqualificar ou apequenar a importância do Poder Judiciário.

OJ - Para finalizar, que ações em sua gestão o senhor destacaria como importantes para a magistratura e quais os projetos para este último ano na presidência da AMC?

PRB - Nos últimos dois anos, realizamos inúmeras ações em prol dos nossos magistrados. Melhorias foram realizadas nas sedes administrativa e balneária, as quais têm garantido aos nossos associados cada vez mais conforto e segurança. Procuramos também neste período estar ao lado dos magistrados, defendendo-os em razão de ataques levianos e infundados veiculados na mídia, como também procuramos mostrar em inúmeras oportunidades o atuar dos juízes. Conseguimos ampliar o rol de benefícios aos nossos magistrados, e nesse particular temos que agradecer a todos os desembargadores, sobretudo ao ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TI/SC), desembargador Ioão Eduardo de Souza Varella, e ao atual, desembargador José Trindade dos Santos, com apoio das respectivas coordenadorias de magistrados, que nos atenderam em tudo quanto foi possível. Neste último ano, pretendemos efetivamente dar continuidade ao trabalho de execução das propostas de campanha, que, em suma, tem por objetivo a valorização do magistrado, através da manutenção das nossas garantias constitucionais e conquista de novos benefícios para a classe.

ALMA FEMININA

ESPECIAL 50 ANOS AMC

Elas estão chegando... a hora e a vez das mulheres na magistratura catarinense

Fenômeno da "feminilização" da Justiça cresce em todo país. Santa Catarina já conta com 129 magistradas

Ao passar em revista os 50 anos de fundação da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), o jornal O Judiciário abre espaço na coluna Alma Feminina para fazer uma breve abordagem sobre a participação feminina na magistratura e no movimento associativo. No texto a seguir, o leitor vai conhecer um pouco da história e do pensamento das mulheres que exercem a jurisdição em Santa Catarina.

O Poder Judiciário catarinense, como de resto em todo o país, vem se caracterizando por um fenômeno curioso: a "feminilização" em seu corpo de magistrados. Se no passado era a "juvenilização" da classe que despontava, agora é a mistura destas duas vertentes que cresce substancialmente. Isso para dizer que temos cada vez mais mulheres (e jovens) na magistratura. Dos 452 magistrados ativos em Santa Catarina, 129 são mulheres (destas, seis são desembargadoras). Elas não só crescem em número como também em qualidade. No último concurso de ingresso na magistratura em nosso Estado, por exemplo, realizado no ano passado, duas mulheres ficaram nas duas primeiras posições. E a despeito de toda capacidade que vem sendo demonstrada ano a ano, o fato é que as mulheres ainda estão por conquistar a tão acalentada igualdade com os homens, seja na magistratura ou em qualquer outro ramo de atividade profissional.

Mas, o quadro já foi bem pior. Há cerca de 60 anos, a mulher sequer era aceita na carreira da magistratura. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a desembargadora Thereza Grisólia Tang, falecida em outubro de 2009. Nascida em 1922, em São Luiz Gonzaga, no interior do Rio Grande do Sul, Thereza Tang não foi aceita nos quadros da magistratura gaúcha. Tentou então o concurso em Santa Catarina. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), numa atitude até então inédita, fez jus a sua fama vanguardista e a nomeou, em 1954, como juíza substituta da 12ª circunscrição judiciária, com sede em Criciúma. "Trata-se da primeira juíza de Direito do Brasil. Foi corregedora-geral da Justiça, com invulgar atuação, vice-presidente e depois presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina", frisa o desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, em entrevista para o jornal *O Judiciário*, em 2009.

Não há dúvidas de que a decisão do Poder Judiciário catarinense em aceitar uma mulher como julgadora representou um divisor de águas, o que, de certa forma, acabou estimulando mulheres de todo país a ingressarem na magistratura. Com uma história de luta contra preconceitos e inesquecível atuação, Thereza Tang tornou-se referência, e é motivo de orgulho para a magistratura catarinense e brasileira. Na Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), as mulheres foram ganhando espaço paulatinamente. A entidade conta hoje

com o Departamento da Mulher (coordenado pelas juízas Janiara Maldaner e Hildemar Meneguzzi), responsável por prestar apoio e desenvolver atividades voltadas para a ala feminina da magistratura.

A juíza Sônia Eunice Odwazny, diretora do Foro da Comarca de Jaguaruna, destaca que o fenômeno da "feminilização" da Justiça cresce, ainda que de forma acanhada. "Este acesso feminino não está representado em percentual elevado nos comandos das Cortes nem nas lideranças associativas. Mas o quadro vem mudando. E essa modificação altera o aspecto do Judiciário, pois onde existe uma mulher presente há humanização em todas as suas formas, especialmente no trato com a população", conclui.

No caso das mulheres, há um detalhe importante a ser levado em conta: elas não só precisam se preparar para estarem tão competitivas quanto os homens no campo intelectual, como também se desdobram em outros afazeres, entre eles, o cuidado com os filhos. Aprovada em primeiro lugar no concurso para juiz substituto em 1996, e, nomeada, em 2009, como juíza suplente no Tribunal Regional Eleitoral, Vânia Petermann, hoje suplente no Conselho Deliberativo da AMC e mãe da Fernanda, de 11 anos, diz que o exercício da magistratura atualmente importa no enfrentamento diário de muitos desafios. "O juiz tem acumulado funções. Essas atividades exigem atenção e dedicação do magistrado, e acomodá-las ao desempenho judicante com excelência é complexo. Lembro, também, que afora as funções da magistratura, temos que cuidar de nós mesmos, das pessoas que amamos, das boas e poucas amizades verdadeiras e da constante atualização para nossas atividades. E para a mulher, sem feminismo, há um detalhe especial: a mesma maternidade que nos fortalece, alegra os dias, nos sensibiliza e que acaba irradiando nas nossas decisões, reclama de nós bom tempo e uma especial atenção na formação de nossos filhos para a vida. Isso exige perspicácia, de modo que toda nossa energia seja canalizada na medida certa para cada espaço de nossas vidas, sem perder a motivação para a causa da justiça e a realização pessoal",

Já a desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, a mais antiga das desembargadoras em atividade, recebeu incentivo para seguir a carreira da própria mãe, a senhora Marylda Luz Santa Ritta. O curso de Direito foi escolhido sem maiores pretensões ou vocações, talvez, quem sabe, pela aversão às ciências exatas. Não obstante, a paixão pelo justo se faz presente desde a infância.

As dificuldades da carreira, como as constantes mudanças de cidades, nunca chegaram a ser um problema para a desembargadora Maria do Rocio. Pelo contrário, eram encaradas como parte da rotina, cujas estadas eram passageiras e sempre vivenciadas com entusiasmo e alegria. "A mulher se impõe pela com-

petência profissional, pela caneta. Se a atuação corresponder às demandas da profissão, não há dificuldades ou situações constrangedoras. Tenho a dizer às mulheres que sonham com a magistratura que a abracem como uma linda missão, com muita garra e amor", ressalta. Ela destaca que sempre participou intensamente da vida associativa, tendo sido inclusive conselheira da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). "Como esposa do ex- presidente, desembargador Cesar Abreu, também participava do movimento associativo. Na verdade, a associação representava o instrumento de luta para alcançar ideais, em prol da classe e do fortalecimento do Poder Judiciário. E, assim, muito contribuiu nesses 50 anos de sua história" completa.

Em Santa Catarina, curiosamente, o número de mulheres na advocacia é maior. Levantamento feito pela OAB/SC em abril do ano passado apontou um percentual de 60,54% de mulheres para 39,46% de homens. No plano nacional, o percentual passa da metade também, atingindo 50,51%, com aumento significativo em relação ao ano de 2009, quando o percentual de advogadas era de 44,72%. Tais dados reforçam a tese de que está, sim (e felizmente), em curso um processo de "feminilização" não só da Justiça, mas também de outras áreas do ambiente jurídico. Em seu artigo "A mulher e o Poder Judiciário", a desembargadora do TJ/RS e vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Maria Berenice Dias constata que as mulheres têm preceitos morais diversos dos preceitos masculinos. Enquanto os homens decidem a partir da noção do Direito como uma norma abstrata, as mulheres, por serem responsáveis pela preservação do sofrimento, são guiadas por uma noção de ética da responsabilidade, dispensando mais atenção aos efeitos concretos das decisões. Tal assertiva constitui a "voz diferente" das mulheres, que acaba por alterar o contexto das decisões judiciais. "Assim, não mais se pode dizer que Judiciário é um substantivo masculino, devendo-se ter sempre presente que Themis, a Deusa da Justiça, é uma mulher", assinala.Parafraseando o poeta catarinense Lindolf Bell, a juíza Sônia Eunice, provi-

dencialmente, diz às mulheres que pretendem ingressar na carreira da magistratura: "não sejam menores do que os seus sonhos". Que essas palavras, sirvam, então, de estímulo e ajude a consolidar idéias inovadoras, entre elas, quem sabe, a de eleger uma mulher à presidência da AMC... Esta ideia, sem dúvida, representaria um marco e tanto na história do movimento associativo na magistratura catarinense...

(Leia no site da AMC – www.amc. org.br – a íntegra das entrevistas feitas com as referidas magistradas).



Des. Maria do Rocio



Juíza Sônia Eunice Odwazny



Juíza Vânia Petermann



16 MARÇO DE 2011 Artigo O JUDICIÁRIO

A CINQUENTONA AMC

JOÃO MARTINS*

Honrosamente solicitado a recordar alguns dos fatos mais relevantes da história da Associação dos Magistrados Catarinenses, justamente no ano em que são comemorados os 50 anos de sua fundação, eu faço, em primeiro lugar, um apontamento de ordem pessoal. Em tempos longínquos, de estradas de chão, distâncias enormes, comunicação difícil e salários modestos, a AMC surgiu para, em especial, dar amparo à magistratura e defender a independência do Poder Judiciário. Sua atuação, desde os primeiros anos, foi uma das mais importantes razões de incentivo à minha permanência na carreira e à pugna constante pelo respeito às prerrogativas dos juízes e às instituições judiciárias.

Ao ingressar na magistratura, corria já a história sobre um grupo de magistrados que, no ano de 1961, levou à frente a tarefa de constituir a AMC. Florianópolis tinha então menos de 75 mil habitantes, e os pioneiros tiveram de enfrentar o preconceito daqueles que consideravam um absurdo a reunião dos juízes em uma associação de classe, com atribuições, entre outras, de reivindicação salarial. Apesar das resistências e contrariedades, que hoje se revelam injustificadas, a AMC foi criada e, logo no ano seguinte, declarada de utilidade pública pela Lei E. nº 3.076, de 16 de Julho de 1962. A municipal veio pela Lei 1.677, de 23 de Novembro de 1979.

O primeiro presidente foi o desembargador Belisário Ramos da Costa, que permaneceu nessa condição durante vários anos, tendo como seu secretário o então juiz de direito, mais tarde desembargador, Euclydes da Cerqueira Cintra, um dos mais destacados personagens do processo de criação da AMC. A entidade, inicialmente, não dispunha de local próprio. Os interesses de classe eram tratados no gabinete de seu presidente. Posteriormente, o Tribunal de Justiça cedeu uma sala para a instalação da sede da AMC, que ali funcio-

nou durante várias décadas. Desde os primórdios, a AMC marchou ao lado do Poder Judiciário Catarinense. Havia um ideário comum. Ambas as instituições mostravam uma preocupação central com a defesa e a efetividade do postulado constitucional da independência dos poderes republicanos e da magistratura.

Como havia dificuldades de casa para abrigar os juízes e suas famílias em comarcas do interior, a AMC deu impulso a uma campanha para que os magistrados fizessem gestões junto aos prefeitos locais no sentido de, mediante doações dos municípios, serem disponibilizadas residências ou terrenos para construção. Tive oportunidade, durante a presidência do desembargador Belisário, entre os anos de 1968 e 1969, de postular e receber por doação do Prefeito Fredolino Kuerten um terreno no centro de Braço do Norte e, por meio de um consórcio dos municípios que integravam a comarca (Braço do Norte, São Ludgero, Grão Pará, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima), construirmos uma casa para o juiz da comarca. Outros magistrados também conseguiram casas que foram doadas à AMC.

A magistratura se

11

É de se concluir que os objetivos que levaram os valorosos magistrados de 1961 a criar a nossa AMC foram e estão sendo alcançados. Os feitos do passado são o penhor seguro de que o futuro será ainda mais radiante.

ressentia com a falta de um imóvel para recreação. Em atendimento a um pleito do desembargador Cintra, sucessor do desembargador Belisário na presidência da AMC, o governador Colombo Salles doou o terreno de Cachoeira do Bom Jesus onde está hoje edificada a nossa bela sede balneária. A primeira construção foi realizada durante a presidência do ministro Helio Mosimann e, a partir de então, os sucessores projetaram e realizaram as obras posteriores que formam hoje o complexo.

Tínhamos a sede balneária, mas a sede administrativa continuava a funcionar em sala cedida pelo Tribunal de Justiça, sem qualquer ônus. A construção da sede própria esteve sempre na pauta dos sucessivos presidentes da AMC. Finalmente, a sede administrativa foi adquirida no Edifício Alpha Centauri, localizado na Avenida Hercílio Luz, em Florianópolis, durante a presidência do ministro Paulo Gallotti, com recursos próprios oriundos das contribuições dos associados.

No plano de reivindicações, a AMC, postandose ao lado do Tribunal de Justiça, desempenhou um importante papel em prol da realização das aspirações da magistratura e dos seus associados. Com o apoio e pressão da AMC, obteve-se para o Poder Judiciário um percentual de recursos sobre o orçamento do Estado, o que implicou relativa autonomia financeira, que hoje está cristalizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Outro relevante ideal da AMC - a nomeação dos magistrados de carreira pelo próprio Tribunal de Justiça – acabou por se tornar norma pela Constituição Federal de 1988. A ressaltar, ainda, a conquista mais recente, o fim das sessões secretas dos Tribunais de Justiça para escolha dos magistrados em listas de merecimento e antiguidade.

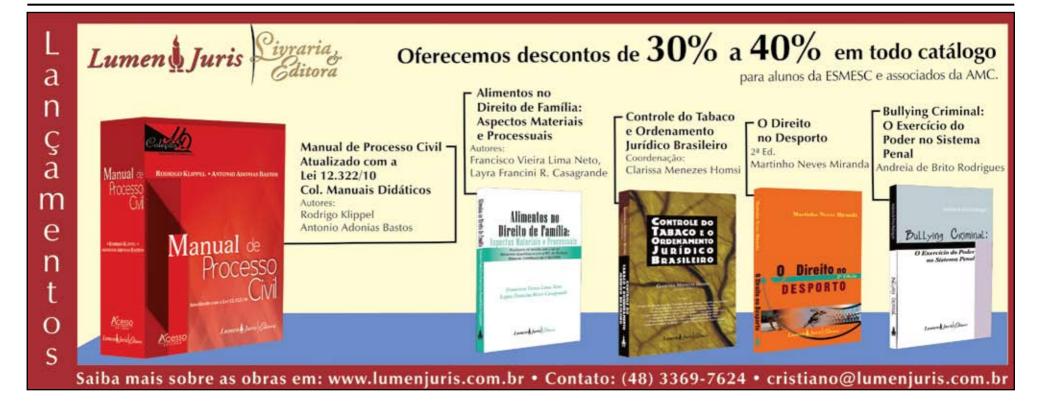
Entre os grandes méritos da AMC, eu daria um destaque especial ao avanço cultural representado pela Escola Superior da Magistratura, criada em janeiro de 1985 e reconhecida pelo Tribunal de Justiça em 1986, ano em que entrou em funcionamento, formando a primeira turma em 03 de outubro de 1987. A Escola tem hoje sua sede própria, em face da ação dinâmica do desembargador Marco Aurélio Buzzi, quando presidente da AMC, na Rua dos Bambus, mas durante muito tempo esteve sediada no prédio do Palácio da Justiça Luiz Gallotti, em dependência cedida pela presidência do Tribunal. Patrocina, ainda, reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros cursos indispensáveis à cultura e interesses da Justiça.

É de se concluir que os objetivos que levaram os valorosos magistrados de 1961 a criar a nossa AMC foram e estão sendo alcançados. Decerto, desafios e necessidades emergentes haverão de continuar a exigir os esforços da AMC em favor das aspirações dos magistrados e das instituições judiciárias. Os feitos do passado, contudo, são o penhor seguro de que o futuro será ainda mais radiante.

Há na AMC, e sempre haverá, um pouquinho de cada magistrado catarinense.

Alea jacta est. Continuem.

* EX-PRESIDENTE DA AMC



//